



Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kiesel - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cantário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1997,
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldo, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondí Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppato, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo a isentar do IPVA as entidades assistenciais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 71/95, de 19.06.95).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 225/95**

PARECER:

Visa o presente projeto, cuja autoria é do Deputado Antonio Belinati, autorizar o Poder Executivo a isentar do IPVA as entidades assistenciais que já se tomaram de utilidade pública do Estado.

Com efeito, merece razão a justificativa apresentada pelo nobre Deputado, uma vez que a isenção do referido imposto, certamente trará melhores condições de atendimento às entidades assistenciais, haja vista, representar diminuição efetiva em seus gastos.

Em face ao exposto, somos pelo parecer favorável ao Projeto de Lei nº 225/95.

Sala das Comissões, em 15.08.95.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator.

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 225/95**

PARECER:

O Projeto de Lei nº 225/95, de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, objetiva autorizar o Poder Executivo a isentar do IPVA as entidades assistenciais que já se tor-

naram de Utilidade Pública.

Conforme especifica a justificativa do referido Projeto de Lei, a isenção do pagamento do IPVA sobre os veículos com certificado em nome de pessoa jurídica de entidades assistenciais, certamente trará melhores condições de atendimento com a diminuição efetiva em seus gastos.

Em face ao exposto, somos pelo parecer favorável ao Projeto de Lei nº 225/95.

Sala das Comissões, em 27.11.96
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente.
GERALDO CARTÁRIO - Relator.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, a implantar o Curso de Introdução à Microinformática, nas escolas de 1º e 2º graus, da rede de ensino público estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e CONTRÁRIO da C.F., e C.E.C.E. (Publ. no D.A. nº 72, de 21.06.95).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 227/95**

PARECER:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, de autoria ilustre do Deputado Toti Colaço, visa autorizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, a implantar o Curso de Introdução à Microinformática, nas escolas de 1º e 2º graus, da rede de ensino público estadual.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, encontra-se a mesma em condições de prosseguir sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.95.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 227/95**

PARECER:

A proposição em tela autoriza o Poder Executivo, via Secretaria Estadual de Educação, a implantar o curso de Introdução à Microinformática, nas escolas públicas paranaenses de 1º e 2º graus.

No que concerne a competência desta Comissão, avaliamos que, embora válido e modernizador, o projeto representa despesas públicas infrutíferas; posto que, não prevê a formação de recursos humanos para operar computadores de forma pedagógica. Sem a orientação de profissionais habilitados nas áreas de informática e pedagogia, os computadores poderão servir, como bem alertou o mestre PhD em Informática, em carta anexa, ao presidente da Comissão de Educação desta Casa, apenas, de "um caro brinquedo", nas mãos de incautos alunos.

Assim, manifestamo-nos contrariamente ao presente Plano de Lei.

Outrossim, como a proposição não é da competência do Legislativo, e sim privativa do Executivo, não proporemos emenda para melhor adequar os objetivos educacionais.

Todavia, reiteramos a proposta feita pela Comissão de Educação, no sentido de convidar o Conselho e Secretaria de Educação do Estado para discutir a matéria neste Poder.

Sala das Comissões, em 16.05.96.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 227/95**

PARECER:

O Projeto de Lei do Deputado Toti Colaço se apresenta dentro da preocupação permanente com as novas tecnologias, em particular com a informática, que dia a dia ocupam um espaço maior no cotidiano das pessoas e em particular no mundo do trabalho.

Entendemos, porém, que, a proposição do nobre cole-

ga não responde a esta necessidade.

Pelos seguintes motivos:

* A formulação de um curso pressupõe a articulação das necessidades pedagógicas explicitadas em um currículo, com necessidades materiais para implantá-las, bem como a formação de pessoal capacitado para efetivá-lo;

* Neste sentido o fórum legítimo para efetivar tal tarefa é o Conselho Estadual de Educação, legitimidade esta não apenas conquistada pela legalidade, mas pela competência de seus diversos conselheiros.

Neste sentido, nos posicionamos contra este projeto, e nos propomos, diante da justa preocupação do nobre colega, a convidar o Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Estado da Educação para debater esta questão nesta Casa de Leis.

Somos, portanto, de parecer contrário.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 01.11.95.

(a) PÉRICLES MELLO

~~Presidente e Relator~~

Com parecer favorável da CCJ e contrário da Comissão de Finanças. Por ter parecer contrário a votação será de forma inversa. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. - APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 25, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 408/95.
2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 225 e 277/95.
e do Projeto de Resolução nº 007/97.

Levanta-se a sessão.